

HABEAS CORPUS Nº 539.586 - RO (2019/0308481-4)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : RANUSE SOUZA DE OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : RANUSE SOUZA DE OLIVEIRA - RO006458
NANDO CAMPOS DUARTE - RO007752
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : UILIAN RIBEIRO ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de UILIAN RIBEIRO ALMEIDA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Rondônia que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado:

Habeas corpus. Tráfico de drogas. Materialidade e autoria. HC via estreita. Reincidência específica. Garantia da ordem pública. Ordem denegada.

1. A via estreita do não comporta análise aprofundada e interpretativa de provas, hipótese *habeas corpus* reservada à instrução processual.
2. Estando fundamentada concretamente a decisão que manteve a prisão preventiva, presentes a materialidade e indícios de autoria, especialmente a reincidência específica de crime grave, em tese, impossível a concessão da liberdade por meio do HC.

O paciente foi preso em flagrante, custódia convertida em preventiva, e denunciado pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

Neste *writ*, a defesa sustenta ausência dos requisitos para a decretação da prisão cautelar, bem como a possibilidade, segundo a jurisprudência desta Corte Superior, de aplicação das medidas cautelares às hipóteses de pequena quantidade de drogas, ainda que reincidente o paciente, como no caso em exame.

Pugna pela revogação da prisão preventiva ou pela aplicação das medidas do art. 319 do CPP.

A liminar foi indeferida (fls. 164/169).

As informações foram prestadas (fls. 200/235).

O parecer do Ministério Público Federal foi de que seja reconhecida a perda do objeto do *habeas corpus* (fls. 239/241).

Na origem, o processo n. 0009930-44.2019.8.22.0501, o paciente foi condenado como incurso nas penas do artigo 33, caput, da Lei n.º 11.343/2006, à pena de 06 (seis) anos de reclusão, mais o pagamento de 600 dias-multa, em regime fechado, conforme informações prestadas pelo Tribunal de Justiça de Rondônia à fl. 201.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional foi assim fundamentado:

[...] O FLAGRANTE JÁ FOI DEVIDAMENTE HOMOLOGADO

Passo a análise dos requisitos para manutenção da prisão cautelar. Depreende-se dos autos, que o DENARC recebeu denúncia anônima dando conta da atuação do flagrantado UILIAN no tráfico de drogas. Uma equipe se deslocou ao local indicado na denúncia, onde se deparou com o flagrantado conduzindo uma motocicleta, sendo de imediato realizada a abordagem no flagrantado. Foi encontrado com UILIAN uma pequena porção de birimba, droga do tipo cocaína e dinheiro em notas trocadas. Os policiais se deslocaram a residência de UILIAN e em buscas encontraram **uma porção de cocaína pesando 20 g** e sacos plásticos iguais ao usado na "birimba". Diante dos relatos dos agentes que atenderam a ocorrência, conclui-se haver indícios suficientes de autoria delitiva para fins de manutenção no cárcere do autuado. A materialidade delitiva, encontra-se presente através do Laudo de Constatação Preliminar juntado aos autos. Assim no que diz respeito à conjugação dos indícios de autoria e prova exigidos pelo art 312 do CPP, se verifica que a manutenção da segregação do acusado mostra-se justificada, pois **presentes os fundamentos para o decreto da prisão preventiva, quais sejam, garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal. A quantidade e a espécie de droga apreendida, a quantia em dinheiro em notas trocadas, os sacos plásticos encontrados, somada a denúncia recebida pelos policiais do DENARC, evidenciam que o flagranteado de fato realiza o comércio de drogas, bem como. penuma libertatis e fumus commissi delicti revelando, assim a necessidade da custódia cautelar. O flagranteado é possuidor de maus antecedentes, reincidente específico. Possui duas condenações pelo crime de tráfico de drogas e encontra-se em fase de cumprimento de pena. A vida pregressa do flagranteado impossibilita a concessão de benefícios legais, tais como liberdade provisória substituição de pena privativa de liberdade, suspensão condicional de pena.** As circunstâncias demonstram a insensibilidade do flagranteado para a aplicação da lei penal. A gravidade do delito (art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06) não passa despercebida, de modo que o flagranteado deve ser mantido em prisão cautelar, especificamente quanto à Garantia da Ordem Pública, posto que, o crime de tráfico de drogas é equiparado aos Hediondos que causam enorme desequilíbrio e tensão ao meio social merecendo atenção especial do sistema judiciário. A custódia cautelar também se mostra extremamente necessária para averiguação dos fatos, pois, com o flagranteado solto, poderá ser prejudicada a instrução criminal. No caso dos autos anota-se que a prisão

domiciliar e as medidas cautelares previstas nos arts. 317, 318 e 319 da Lei n. 12.403/2011 revelam-se inadequadas diante da gravidade dos crimes em questão. Com relação a alegação feita pela defesa, além de não ter comprovado o alegado

vislumbro que ainda que tivesse as condições favoráveis, conforme jurisprudências das Cortes Superiores, as condições pessoais favoráveis do(a) acusado(a) não obstam a decretação da prisão preventiva quando presente os pressupostos da prisão preventiva em garantia da ordem pública. {HC4002489-32.2015 8 04 000- TJAM, o que já fora demonstrado neste ano [...]

Consta da sentença, na parte que dispõe sobre a manutenção da prisão do réu (fl. 205):

[...]

Recomendo o réu na prisão porque nesta condição vem sendo processado e continuam presentes os pressupostos, os requisitos de admissibilidade e os fundamentos que ensejaram a manutenção da prisão cautelar, agora robustecidos com o acolhimento da pretensão punitiva estatal. **A prisão continua sendo necessária para garantia da ordem pública (CPP, art. 312), sobretudo para evitar que o sentenciado continue delinquindo, razão pela qual nego a ele o direito de recorrer em liberdade, nos termos do art. 387, § 1º, do CPP.**

[...]

Como se vê, consta no decreto prisional fundamentação evidenciada na constatação do crime de tráfico de drogas e reiteração pelo mesmo delito por parte do paciente, tendo em vista que *é possuidor de maus antecedentes, reincidente específico. Possui duas condenações pelo crime de tráfico de drogas e encontra-se em fase de cumprimento de pena.*

Com efeito, esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n.

Superior Tribunal de Justiça

313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator